

# Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII

*Rui Manuel Loureiro*

*Investigador do CEPESA & Bolseiro da Fundação Oriente*

## Os portugueses em Malaca

Os portugueses, logo depois de alcançarem a Índia nos derradeiros anos do século XV, procederam a um levantamento sistemático das realidades físicas e humanas asiáticas, de forma a compensarem as enormes lacunas do saber europeu, que continuava a basear-se em velhos tratados medievais. A procura de «cristãos e especiarias», para utilizar a fórmula célebre de um dos primeiros portugueses desembarcados em Calicute, implicava um conhecimento aprofundado da geografia humana da Ásia marítima. Que povos habitavam aquelas regiões orientais? Quais as suas crenças? Quais os seus costumes e práticas sociais? Quais os sistemas de governo? Com quem seria possível estabelecer alianças? A religião muçulmana estava muito difundida? E haveria núcleos cristãos implantados em território islâmico? Que tipo de mercadorias era possível obter em cada região? Onde eram produzidas e vendidas as especiarias? E de onde vinham outras mercadorias exóticas? Que produtos podiam ser oferecidos em troca? Enfim, tantas e tantas questões que necessitavam de uma resposta urgente.

Os primeiros anos de Quinhentos assistem ao crescimento espectacular da presença portuguesa no Oriente. Os contactos exploratórios de Vasco da Gama (1468?-1524) rapidamente deram origem a claras intenções de fixação territorial em diversos pontos do extenso litoral asiático e a tentativas geralmente bem conseguidas de intervenção nos activos circuitos mercantis locais. Afonso de Albuquerque (1462?-1515) é normalmente considerado um dos grandes obreiros do edifício imperial português em terras orientais. Essa avaliação parece correcta, já que foi durante o seu governo indiano que os portugueses conquistaram Goa (1510) – a futura capital do *Estado da Índia* – e Malaca (1511), estabelecendo ainda um duradouro protectorado sobre Ormuz (1515). Estes três entrepostos,



Malaca segundo Pedro Barreto de Resende no *Livro das Plantas de Todas as fortalezas, cidades e povoações da Índia*, de António Bocarro, Goa, 1635. Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora (inv. CXV-2-1).

graças à respectiva posição geo-estratégica, permitiram solidificar os interesses mercantis da Coroa lusitana no litoral asiático. Mais tarde, sólidos estabelecimentos fundados em Ternate (a partir de 1522) e em Macau (a partir de 1555) vieram possibilitar a cobertura dos mares orientais com uma densa rede de rotas regulares. Esta rede marítima, para além de permitir o escoamento de uma significativa quantidade de mercadorias de luxo em direcção ao Cabo da Boa Esperança, abria as portas a uma crescente intervenção portuguesa nos tráficos inter-asiáticos, tráficos esses que, muito frequentemente, ultrapassavam em volume o movimento comercial entre o Oriente e Portugal.

A conquista de Malaca abriu as portas de um novo e insuspeitado mundo aos portugueses, que, com uma rapidez impressionante, vão tentar entrar em contacto com os mais importantes centros mercantis da Ásia Oriental, desven-

dando, ao mesmo tempo, os principais mecanismos que regulavam os tráficos inter-regionais. Afonso de Albuquerque, perseguindo um tal objectivo, procurou logo a partir de 1511 estabelecer relações de trato e de amizade com os mais poderosos vizinhos daquela cidade malaia, de modo a viabilizar a continuidade da presença portuguesa no Sudeste Asiático. Mesmo antes da conquista final de Malaca, enviara Duarte Fernandes ao Sião, a bordo de juncos chineses que regressavam ao Celeste Império, e que, de caminho, fariam escala na costa oriental siamesa. Já depois da efectiva conquista da praça, Albuquerque, no prosseguimento desta política de boa vizinhança, recebeu vários embaixadores de potentados circundantes, que vinham verificar a nova situação que se vivia em Malaca. Simultaneamente, despachava emissários rumo a outras regiões, certamente aquelas que haveria maior urgência em contactar, quer por razões de

mera sobrevivência da praça, quer por interesses de ordem mercantil. Deste modo, Rui Nunes da Cunha foi enviado ao Pegú, onde assentou amizade e trato com o soberano local, enquanto António de Abreu era encarregado de comandar uma frota destinada a demandar as ilhas mais orientais da Insulíndia, onde eram produzidas as maçãs e o cravo.

A geografia das viagens portuguesas, nesta fase, relaciona-se intimamente com a localização dos grandes centros produtores e distribuidores de mercadorias de luxo e de bens de primeira necessidade. Os mercadores lusitanos, por um lado, buscavam o cravo, a noz moscada e a maça, o almíscar e o benjoim, a cânfora e o

lacre, as sedas e as porcelanas, e tantas outras mercadorias exóticas, que poderiam ser exportadas para a Europa com enormes lucros, ou mesmo transaccionadas em outras praças asiáticas. Por outro lado, a cidade de Malaca necessitava desesperadamente de alimentos, pois era uma terra quase estéril, que de forma alguma produzia mantimentos suficientes para consumo dos seus próprios habitantes. Além do mais, este entreposto português não podia sobreviver sem um suprimento regular dos mais variados objectos de uso quotidiano, indispensáveis ao bom funcionamento de uma fortaleza e de uma marinha de guerra, como salitre e enxofre, componentes essenciais da pólvora,

«Demonstração das Ilhas de Maluco» segundo Pedro Barreto de Resende no *Livro do Estado da Índia Oriental*, c. 1636. Paris, Bibliothèque nationale de France.



chumbo para balas, e também amarras, madeira, bréu, estopa, âncoras e outros variados apetrechos navais.

### Primeiras notícias de Timor

Os portugueses, com a viagem de António de Abreu, tentavam alcançar a ilha de Banda, grande centro produtor de maça e de noz moscada, e também o arquipélago de Maluco, grupo de cinco ilhas onde na época se concentrava toda a produção de cravinho. Embora o capitão-mor da expedição não chegasse a atingir as ilhas de Maluco, ao que parece por culpa de ventos desfavoráveis, um dos navios portugueses, comandado por Francisco Serrão, foi naufragar junto à ilha de Amboíno, a partir da qual logo alcançou uma das ilhas de Maluco. Em anos seguintes, os portugueses estabeleceriam relações regulares com as ilhas do cravo, e sobretudo com Ternate, onde viria a ser construída uma fortaleza em 1522-1523. Entretanto, durante esta expedição, os navios de António de Abreu costeavam a extensa freira de ilhas que se estende desde Java em direcção a poente, registando cuidadosamente notícias vivenciais sobre todas as terras visitadas, e recolhendo em cada porto escalado informes detalhados sobre as mais importantes produções locais. Um dos membros da tripulação era o jovem cartógrafo português Francisco Rodrigues, o qual, durante a jornada, que se prolongou pelo ano de 1512, desenhou diversas cartas da Insulíndia, numa das quais Timor, a ilha «onde nasce o sândalo», fazia a primeira aparição na cartografia europeia.

As *ilhas de Timor*, expressão que designava um conjunto vasto de ilhas e ilhotas situadas na extremidade oriental da Insulíndia, eram frequentadas, antes da chegada dos portugueses, por navegadores chineses, malaio e javanese, que ali procuravam abastecer-se da preciosa madeira de sândalo. Os matos da ilha de Timor propriamente dita, como escrevia o boticário

português Tomé Pires (c.1470-c.1527) por volta de 1515, estavam repletos de «grande soma de sândalos brancos», mas ali encontravam-se também outros produtos de valor, como «mel e cera e escravos», de acordo com as notícias de Duarte Barbosa (c.1480-c.1549), outro tratadista que escrevia mais ou menos na mesma época.

As informações colhidas em Malaca, junto de mercadores asiáticos, vão atrair os portugueses a Timor, e, muito embora nenhum documento o ateste, a primeira viagem portuguesa àquela ilha, realizada a bordo de um junco luso-malaio, teve certamente lugar em 1514 ou 1515. Para além de confirmarem os informes de carácter mercantil, os nautas portugueses descobriam que os habitantes da ilha eram gentios, pouco dados a contactos com muçulmanos, para além de constatarem que ali não existiam juncos de grande porte, indispensáveis à realização de expedições mercantis. Assim, estavam reunidas todas as condições que permitiriam o posterior estabelecimento de relações entre a cidade luso-malaia de Malaca e a ilha de Timor: em primeiro lugar, a importância económica do sândalo timorense justificava amplamente o investimento necessário à viagem; depois, os povos da ilha, organizados em pequenos reinos autónomos, pareciam acolher calorosamente os visitantes portugueses, uma vez que não existiam antagonismos de ordem religiosa; finalmente, Timor não possuía uma marinha mercante própria, estando o seu comércio externo totalmente dependente da iniciativa de outros povos navegantes.

Nas décadas imediatas o tráfico português em direcção a Timor parece ter assumido alguma regularidade, já que o sândalo ali existente era uma mercadoria altamente apreciada em muitos dos portos da Ásia marítima então frequentados pelas embarcações portuguesas, desde o Golfo de Cambaia até à Baía de Cantão. Com efeito, o sândalo-branco de Timor (*Santa-*

Carta do Extremo Oriente e Insulíndia no *Itinerarium de Jan Huygen van Linschoten*, 1595. Roterdão, Maritiem Museum «Prins Hendrik».



*lum album*) é uma madeira muito aromática, que, uma vez pulverizada, se utiliza na composição de perfumes, de unguentos e de incensos, muito apreciados por todo o Oriente. Os perfumes e os unguentos faziam parte das formas de higiene diária de muitos dos povos asiáticos, enquanto os incensos eram uma componente essencial de numerosas cerimónias e rituais religiosos. Os próprios europeus recorriam ao sândalo, misturado com água-rosada, para combaterem a febre e as enxaquecas.

Apesar da extraordinária importância das madeiras timorenses para os tráficos regionais em que os portugueses participavam activamente, nenhum estabelecimento português foi fundado naquelas partes durante a primeira

metade do século XVI. A situação parece ser um pouco semelhante à do Brasil, onde os navios lusitanos carregavam igualmente madeiras preciosas, e onde também não houve a preocupação de fundar um entreposto permanente, até ao momento em que a concorrência de outras potências europeias veio impor tal necessidade. O sândalo abundava nas *ilhas de Timor*, não havendo certamente qualquer receio de que as reservas da preciosa madeira se esgotassem. E é provável que os contactos com os pequenos potentados do litoral timorense fossem de tal forma amistosos que tornassem redundante a fundação de uma feitoria e de uma fortaleza permanentes, com os pesados encargos de manutenção que lhes andariam associados.

## Negócios temporais e espirituais nas ilhas de Timor

O primeiro estabelecimento português na região das *ilhas de Timor*, afinal, haveria de ser fundado em Solor, por iniciativa de missionários dominicanos. Os mercadores oriundos de Malaca, nas suas expedições regulares em busca do sândalo timorense, tinham concluído que a ilha de Solor, situada a norte de Timor, embora fosse menos verdejante, possuía ancoradouros mais acessíveis. Assim, os portos desta ilha começaram a ser cada vez mais frequentemente demandados pelos navios portugueses, que a partir de Solor tinham acesso fácil às madeiras da vizinha Timor. Por volta de 1556, as ilhas da Sunda Menor foram visitadas por um missionário dominicano, frei António Taveira, que, alegadamente, teria feito mais de 5000 cristãos entre os habitantes de Timor, e muitos outros nas ilhas de Solor e de Flores. É bastante provável que frei Gaspar da Cruz, um outro dominicano, também tivesse deambulado por aquelas paragens em 1557-1558, avaliando as possibilidades de intervenção dos religiosos de São Domingos em áreas não missionadas por outras ordens religiosas. Nas décadas subsequentes, os dominicanos haveriam de fazer de Solor um dos principais centros das respectivas actividades.

A chegada a Malaca, em finais de 1561, de D. Jorge de Santa Luzia, veio trazer uma nova dinâmica à missão das *ilhas de Timor*, já que o recém-chegado bispo era dominicano, e nunca deixaria de apoiar os esforços dos seus confrades. De facto, logo nos primeiros meses do ano seguinte largava para Solor um grupo de quatro missionários, encabeçados por frei António da Cruz. Estes dominicanos seriam responsáveis pela construção da primeira fortaleza portuguesa em Solor, edificada ao longo do ano de 1566, no seguimento de um frustrado assalto javanês à principal povoação da ilha, que apenas fora repellido graças à imprevista intervenção de

uma nau portuguesa regressada das ilhas de Maluco. Uma comunidade luso-asiática cresceu à sombra das muralhas da fortaleza, que forneciam uma adequada protecção contra eventuais ataques de javaneses e de macassáres, povos islamizados que amiúde hostilizavam os portugueses. Enquanto os mercadores, residentes ou de passagem, se dedicavam ao tráfico do sândalo e de outros bens, os padres multiplicavam as conversões, alargando a cristandade às ilhas circundantes. O interesse e o mérito dos dominicanos foram tacitamente reconhecidos pela Coroa lusitana, que durante muitos anos delegou no superior da Ordem em Malaca a escolha do capitão da praça de Solor. A partir desta fortaleza, os portugueses – mercadores, aventureiros e missionários – passam a visitar com mais frequência a ilha de Timor, onde uns se dedicavam a negócios temporais, enquanto os outros tratavam na fazenda espiritual, multiplicando as conversões.

A falta de documentação não permite quantificar devidamente o comércio de sândalo timorense. Porém, informações de inícios do século XVII referem que a produção de Timor ascendia a cerca de dois mil bahares da preciosa madeira, equivalendo um bahar a mais de 140 quilos. Os mercadores portugueses de forma alguma monopolizavam o tráfico, já que embarcações oriundas de muitos portos extremo-orientais demandavam regularmente a *ilha do sândalo*. Juncos sediados nas províncias meridionais da China, por exemplo, eram desde há muito clientes habituais do lenho «*salutífero e cheiroso*» – como lhe chamava Luís de Camões em 1572 –, o qual era consumido em numerosos rituais quotidianos dos chineses. O movimento controlado pelos navios portugueses, que se destinava a abastecer sobretudo os mercados da Índia e do Sudeste Asiático, não representava certamente uma quota elevada da produção total de Timor. De outra forma, quer dizer, se o sândalo fosse

uma mercadoria tão importante e tão valiosa como o cravinho, por exemplo, os portugueses teriam procurado estabelecer um entreposto fixo na ilha logo nas primeiras décadas do século XVI, como de resto o haviam feito nas ilhas de Maluco.

A presença constante de religiosos de São Domingos nas *ilhas de Timor* explica o interesse que os cronistas da Ordem manifestarem por estes longínquos territórios. Frei João dos Santos (c.1560-1622), que em 1586 chegava à Índia, para uma longa estada que se havia de prolongar, com uma breve interrupção, até aos seus últimos dias, dedica um largo espaço da sua *Etiópia Oriental*, publicada em Lisboa em 1609, aos feitos missionários dos seus confrades em Solor, nas Flores e em Timor. E frei Luís de Sousa

(c. 1558-1632), que redigiu as três primeiras partes da *História de São Domingos*, publicadas em 1623, 1662 e 1678, retomaria muitas das notícias do seu antecessor, salientando o esforço missionário dominicano nas mais remotas ilhas da Insulíndia.

O primeiro governador de Solor nomeado por iniciativa régia parece ter sido António Vilhegas, talvez como recompensa de uma longa carreira ultramarina, e certamente no âmbito da reorganização administrativa dos estabelecimentos portugueses no Oriente que teve lugar com a subida ao trono de Portugal de Filipe II de Espanha. António Vilhegas largava de Lisboa em Janeiro de 1586, e no ano seguinte já se encontrava no longínquo entreposto português. Desde então, a Coroa passou a assegurar a nomeação

«Esta gente habita na ilha de Çamatra e chamão se dachens; são gintios. Gente m[u]lto belicosa, pelejam com huas vratanas com as quoaes botão frechas piqenas de peçona. Desta ilha de Çamatra vem a águila eh sândalo he bejuin de buninas he asi m[u]lto oro he prata. He hua ilha m[u]lto rica». Fólios 130-131 do códice anónimo português, Ms. 1889, século XVI (meados). Roma, Biblioteca Casanatense.



do capitão de Solor, o qual detinha uma jurisdição de fronteiras bastante indefinidas, mas abrangendo a presença lusa em várias ilhas da Sunda Menor, como Flores, Alor, Lomblen e Timor. As relações com as formações políticas locais, muito fragmentadas, nem sempre foram pacíficas, e sofreram amiúde a intrusão de potentados islâmicos vizinhos, sediados em Java e em Macassar, sobretudo. Mas o tráfico de sândalo e a catequização do gentio continuaram a

evoluir paulatinamente, em mais um exemplo, tão frequente na expansão portuguesa, de informal aliança entre interesses mercantis e missionários.

### A chegada dos holandeses e a queda de Malaca

Os portugueses tinham conseguido, durante quase toda a centúria de Quinhentos, manter o monopólio da *rota do Cabo*, impedindo persistentemente o acesso de navios europeus aos mares orientais. Com o virar do século, porém, a Holanda e a Inglaterra, potências em fulgurante ascensão, e finalmente possuidoras de uma marinha de guerra capaz de competir com as armadas lusas, começaram a demandar cada vez mais regularmente as Índias Orientais. Entre 1591 e 1594 uma expedição inglesa comandada por James Lancaster deambulou por todo o oceano Índico, escalando algumas das ilhas mais ocidentais da Insulíndia. E em 1595-1596, uma armada holandesa sob as ordens de Cornelius de Houtman atingia o porto javanês de Banten – identificado normalmente com a *Sunda* das fontes portuguesas quinhentistas –, lançando de imediato as bases de uma presença firme no Sudeste Asiático. A partir de então, os interesses asiáticos dos portugueses iriam sofrer profundos abalos, em virtude da chegada em força ao Oriente de navios oriundos do Norte da Europa.

A partida dos holandeses rumo às Índias havia sido precedida de minuciosas pesquisas, levadas a cabo em Goa e em Lisboa por agentes competentes. O viajante Jan Huyghen van Linschoten vivera na capital do *Estado da Índia* entre 1583 e 1589, recolhendo avidamente notícias sobre os locais de origem e sobre os mecanismos de circulação das mais valiosas mercadorias asiáticas. E o próprio Cornelius de Houtman visitara Lisboa antes de efectuar a sua primeira viagem ao Índico. Linschoten, no seu *Itinerário*,



© XANAVA/CIOMMO



>  
Alçado da casa do chefe do *suco* de Loré, Lautém.  
Desenho de Leopoldo de Almeida, em Ruy Cinatti,  
*Arquitectura Timorense*, Lisboa, IICT, 1987.

>>  
Casa do chefe do *suco* de Tutu-Ala, Lautém.  
Fotografia de Luís F. R. Thomaz.

publicado pela primeira vez em Amsterdão em 1596, apresentava a Insulíndia como a região mais apropriada ao estabelecimento dos seus compatriotas, pois, além de possuir muitas das mais preciosas especiarias de luxo, estava dividida em inúmeros potentados rivais, alguns dos quais teriam interesse em acolher os holandeses. Acrescia ainda o facto de a presença lusa ser

aí menos densa do que noutras regiões orientais, pois os portugueses apenas possuíam um estabelecimento sólido em Malaca, para além de algumas fortalezas em Tidore, em Amboíno e em Solor. Mas estes entrepostos estavam separados entre si por enormes distâncias, dificultando os abastecimentos, para além de estarem rodeados de territórios nem sempre amigáveis.

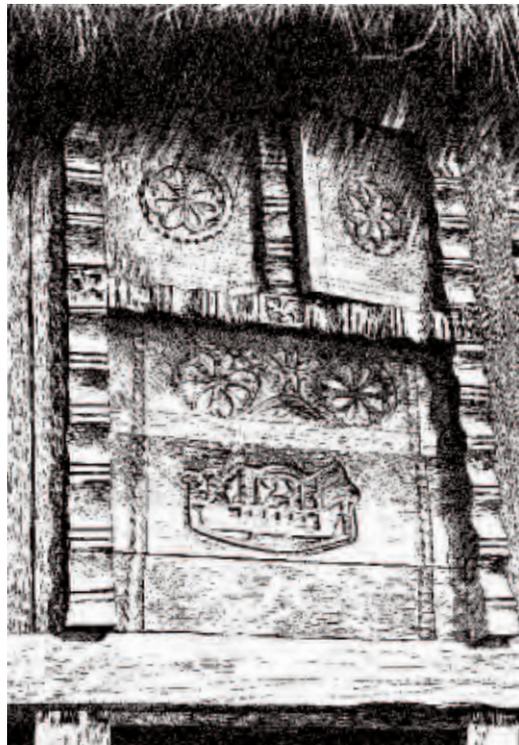
As primeiras décadas do século XVII, assim, assistiram ao progressivo declínio do porto de Malaca, que, para além de enfrentar a concorrência holandesa, teve de suportar os constantes assédios do vizinho sultanato de Achém, no norte da ilha de Samatra, que hegemonizou a resistência muçulmana aos europeus. O facto de Malaca servir de base de apoio aos estabelecimentos portugueses do Oriente mais extremo



explica muitas das dificuldades logísticas que estes passaram a sentir. Esta época de livre concorrência entre várias potências europeias parece ter sido especialmente propícia ao desenvolvimento, por aventureiros portugueses, de empreendimentos privados, baseados num apurado conhecimento das realidades geográficas e humanas do Sudeste Asiático.

As ilhas da Sunda Menor foram também demandadas pelos holandeses, que ali buscavam, tal como os mercadores portugueses, a preciosa madeira de sândalo. Assim, a fortaleza de Solor era ocupada uma primeira vez entre 1613 e 1615 por uma força oriunda dos Países Baixos, de novo entre 1618 e 1629, para ser definitivamente abandonada pelos portugueses em 1636. A comunidade luso-asiática ali residente foi obrigada a procurar outras paragens, fixando-se nomeadamente em Larantuca, na vizinha ilha das Flores, e talvez em alguns pontos do litoral timorense. Por estes anos, os interesses dos mercadores portugueses estabelecidos nas *ilhas de Timor* tinham sido redireccionados, em função da situação global que se vivia no Oriente. Assim, as dificuldades de acesso a Malaca, frequentemente isolada por embarcações hostis, aconselhavam uma diversificação de rotas comerciais, prática de resto já antiga, mas agora mais do que nunca incentivada.

O negócio do sândalo, no fim de contas, podia efectuar-se de forma lucrativa em muitos portos do Mar do Sul da China, sem necessidade de cruzar o Estreito de Singapura, e sobretudo em Macau, entreposto controlado pelos portugueses desde cerca de 1555, e nas Filipinas, que depois de 1581 e da União Ibérica tinham franqueado os seus portos, de modo informal, à navegação portuguesa. À sombra destes intensos tráficos extremo-orientais, uma significativa comunidade portuguesa tinha-se estabelecido em Macassar, onde se destacava a figura do poderosíssimo mercador Francisco Vieira de



Painéis ornamentais de casas de chefe de suco, Lautém. Desenho de Leopoldo de Almeida, em Ruy Cinatti, *Arquitectura Timorense*, Lisboa, IICT, 1987.

Figueiredo. E a comunidade portuguesa de Solor, logo transferida para as Flores, também parece ter conseguido manter uma certa prosperidade, apesar da impossibilidade prática de manter o exclusivo das principais rotas marítimas naquelas remotas paragens.

Entre 1639 e 1643, entretanto, graves acontecimentos vieram complicar a presença portuguesa na Ásia Oriental e no Sudeste Asiático. No primeiro desses anos, os portos do Japão eram definitivamente encerrados aos portugueses, depois de mais de um século de frutuoso intercâmbio luso-nipónico. De súbito, a «prata fina» de que falava Luís Camões deixou de correr em direcção a Macau, marcando uma profunda viragem nos destinos económicos daquela pequena metrópole. Dois anos mais tarde, em 1641, os holandeses conseguiam finalmente

conquistar a praça de Malaca, no termo de quase quatro décadas de persistente hostilidade. E por volta de 1643 chegavam ao Oriente notícias sobre a *restauração* da independência portuguesa de 1640, desenvolvimento político que fechava novamente os portos filipinos às embarcações portuguesas.

## Os portugueses e Timor no século XVII

Para a Coroa lusitana – e lembremo-nos que 1640 é o ano da Restauração – estes acontecimentos têm certamente um sabor amargo, já que marcam o inevitável declínio de uma presença e de uma influência seculares em territórios asiáticos. As comunidades luso-asiáticas residentes em Malaca e em Macau logo tentarão recompor-se dos golpes sofridos. Assim, grande parte dos mercadores estabelecidos na perdida praça malaia transferem-se para Macassar, onde existia já um importante núcleo português, que em determinados momentos atingiu o número surpreendente de 500 homens, e também para as *ilhas de Timor*, que a partir desta época adquirem uma renovada importância estratégica, paralelamente à relevância económica nunca perdida, como fonte aparentemente inesgotável de sândalo. Macau, por seu turno, redireccionará as suas rotas em direcção aos *Mares do Sul*, área geográfica privilegiada – pela riqueza das suas produções, pela fragmentação dos seus estados, pela diversidade das suas gentes –, onde indivíduos mais empreendedores podiam ainda enriquecer à conta dos tráficos inter-regionais.

A partir de cerca de 1640, portanto, a presença portuguesa em Timor começa a crescer de forma relevante, de resto sem grande oposição dos habitantes da ilha. Poucos anos antes, em 1636, a chegada ao litoral timorense de frei Rafael da Veiga tinha marcado o início de uma missão mais consequente, embora os religiosos dominicanos nunca se livrassem total-

mente da fama – e talvez do proveito – de se envolverem no tráfico de sândalo. Mais uma vez, interesses espirituais e materiais caminhavam lado a lado. Cinco anos mais tarde existiriam em Timor vinte e duas igrejas, onde missionavam exclusivamente os frades de São Domingos. E um pouco antes de 1645, um outro religioso da mesma ordem, frei António de S. Jacinto, dirigia a construção de um forte português em território timorense, na região de Cupão, na extremidade ocidental da ilha, onde parece ter-se então desenvolvido o primeiro estabelecimento português permanente. A praça foi ocupada pelos holandeses em 1653, transferindo-se os seus ocupantes para Lifau, na costa setentrional, onde se localizaria o mais importante centro português da ilha até 1668, data da transferência de actividades para Díli.

A Coroa portuguesa começou a nomear regularmente um capitão para Timor, distinto do de Solor, depois de 1646, o que por vezes ocasionou conflitos de autoridade. Mas as *ilhas de Timor* foram, durante quase todo o século XVII, uma região de *fronteira*, onde diversos poderes, portadores de distintos interesses, procuravam impor-se, numa coexistência nem sempre pacífica. Em primeiro lugar, os missionários dominicanos, detentores de algum ascendente moral, que lhes advinha da prolongada residência naquelas partes do Sul, mas que frequentemente punham em causa através de uma mais ou menos camuflada intervenção no tráfico do sândalo. Depois, os oficiais régios, nem sempre funcionários exemplares, que procuravam aproveitar o tempo da respectiva capitania para acumularem um razoável pecúlio. Em terceiro lugar, poderosos mercadores privados, sediados sobretudo em Macassar, tentavam também fazer vingar a sua lei. E, em quarto lugar, o poder holandês, que, a partir de Java, de Solor e de outros locais da Insulíndia, nunca deixou de se interessar por Timor.

O resultado do enfrentamento de interesses tão diversos – mas que rodavam sempre em torno do sândalo «salutífero e cheiroso» – nem sempre emerge claramente das fontes documentais portuguesas, predominantemente de origem dominicana. Mas uma coisa é certa: a autoridade da Coroa lusitana, quando, esporadicamente, conseguiu alguma hegemonia, nunca o poderia ter feito sem a colaboração de outras forças em jogo naquelas longínquas paragens, as quais adoptaram frequentemente uma política de compromisso – às vezes mesmo com os holandeses –, em prol do bom andamento dos negócios.

Entretanto, em meados do século XVII, um quinto elemento começava a salientar-se nas *ilhas de Timor*, os *larantuqueiros*, mestiços luso-asiáticos. Alguns deles, como Mateus da Costa e António de Hornay, profundos conhecedores da realidade local e, simultaneamente, capazes de reunir importantes apoios entre os timorenses, e também entre as comunidades de mercadores estrangeiros, conseguiram ascender a lugares de relevo, mesmo contra a oposição do *Estado da Índia*, demasiado afastado para poder ditar condições na região. Depois de 1664, ambos disputaram o governo de Timor, numa querela que apenas teve fim com a morte de Mateus da Costa em 1673. Posteriormente, Hornay haveria de governar a ilha de Timor como um rei não coroado durante cerca de vinte anos, até 1693, respeitando os interesses lusitanos, é certo, mas recusando qualquer interferência na sua administração. Talvez a hegemonia deste homem se explicasse, em parte, pelo apoio que em determinada altura lhe proporcionou, a partir de Macassar, o poderoso Francisco Vieira de Figueiredo.

O primeiro governador a conseguir estabelecer uma réstea de autoridade portuguesa na parte oriental de Timor – já que os holandeses, a partir de Cupão, dominavam a parte ocidental –

seria António Coelho Guerreiro, que chegou à ilha em 1702, com o título de Governador e Capitão-Geral das ilhas de Timor e Solor. Entretanto, quase duzentos anos de contactos ininterruptos dos portugueses com os timorenses se haviam passado, organizados sempre em função do tráfico de sândalo branco e de outras mercadorias menores, como o mel e a cera. Estes contactos faziam-se quase sempre em regiões litorâneas, onde os navios portugueses ancoravam, para durante um período mais ou menos prolongado procederem ao carregamento da preciosa madeira odorífera, que era cortada e fornecida pelos potentados timorenses. O estabelecimento permanente dos portugueses em Timor, assim, não é tão antigo como por vezes se tem afirmado e resultou sobretudo do efeito da disputa do tráfico do sândalo por potências europeias

#### Algumas referências bibliográficas

- Charles R. BOXER, *Francisco Vieira de Figueiredo – A Portuguese Merchant-Adventurer in South East Asia, 1624-1667*, Haia, Martinus Nijhoff, 1967.
- Ruy CINATTI, *Esboço histórico do Sândalo no Timor português*, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950.
- Geoffrey C. GUNN, *Timor Loro Sae – 500 anos*, Macau, Livros do Oriente, 1999.
- Rui Manuel LOUREIRO (coord.), *Onde nasce o sândalo – Os Portugueses e Timor nos séculos XVI e XVII*, Lisboa, GTMECDP, 1995.
- Artur Teodoro de MATOS, *Timor Português 1515-1769 – Contribuição para a sua História*, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1974.
- Roderich PIÁK, «O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming», *Revista de Cultura* (Macau), 1, 1987, pp. 36-45.
- Arend de ROEVER, «The Partition of Timor – An Historical Background», in Maria Johanna Schouten (coord.), *A Ásia do Sudeste – História, Cultura e Desenvolvimento*, Lisboa, Vega, 1998, pp. 45-55.
- John VILLIERS, «As derradeiras do mundo: The dominican missions and the sandalwood trade in the Lesser Sunda islands in the sixteenth and seventeenth centuries», in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, ed. Luís de Albuquerque & Inácio Guerreiro, Lisboa, Instituto de Investigações Científicas Tropicais, 1985, pp. 571-600.